

TERMO DE RESPONSABILIDADE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

(Nos termos do n.º 2 do art. 62.º do RJUE e quando não há lugar a obras sujeitas a licença / comunicação prévia)

(a) _____ ,
morador na _____ ,
código postal _____ - _____ , contribuinte n.º _____ ,
telefone _____ telemóvel _____ E-mail _____ ,
inscrito na (b) _____
sob o n.º _____ , declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do Artigo 10º e no n.º 2 artigo 62º do Decreto-Lei
n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro (RJUE), que a operação
de (c) _____ para (d) _____ ,
do edifício / fração localizada em (e) _____ ,
freguesia _____ , cuja autorização foi requerida por (f) _____ ,
_____ ,
é idóneo(a) para o fim pretendido e que se encontra em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, com exceção
de (g) _____

_____ .

Mais declara, nos termos do artigo 18º do Decreto-Lei nº 220/08, de 12/11, alterado pelo Decreto-Lei nº 224/15, de 09/11, que se encontram cumpridas as condições da Segurança Contra Incêndios em Edifícios

Lisboa, _____

Assinatura reconhecida ou comprovada pelo atendedor municipal mediante
cópia do documento de identificação

Instruções de preenchimento:

- (a) Nome e habilitação profissional do autor do projeto
- (b) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso
- (c) Indicação da operação pretendida: autorização de utilização ou alteração de utilização
- (d) Indicação da Utilização pretendida
- (e) Localização da morada da pretensão (rua e número de polícia)
- (f) Indicação do nome e morada do requerente
- (g) Indicação, quando for o caso, das normas legais e regulamentares que não foram cumpridas e justificação dos motivos que legitimaram o incumprimento
- (h) Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão

Notas:

- Nos termos dos artigos 98º e 99º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, as falsas declarações dos autores dos projetos no Termo de Responsabilidade relativamente à observância das normas técnicas gerais e específicas da construção, bem como das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao projeto constituem contra-ordenação, podendo determinar sanções acessórias
- Nos termos no art.º 10º, n.º 6 e no artigo 99, n.º 3, as sanções aplicadas aos autores do projeto são comunicadas à respectiva associação profissional, quando for o caso
- Quando se indica a associação pública de natureza profissional, a mesma deve garantir a qualificação dos técnicos para a responsabilidade assumida, em termos de elaboração de projetos (artigo 4º da Lei nº 31/2009, de 3 de julho, na redação da Lei nº 40/2015, de 1 de junho)